

RELATÓRIO FINAL DA REUNIÃO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS

Belo Horizonte,
20 e 21 de setembro
de 1997

nt.
NO
MULHERES



Extraído da gravura de Carlo Julião:
"Mulheres negras tocando instrumentos musicais na cerimônia de coroação de uma rainha negra".
Do livro *O trabalho em Minas Colonial*.

Andréa Lisly Gonçalves e Iris Kantor. Atual Editora, SP, 1996, p 37.

Reunião Nacional de Mulheres Negras

Belo Horizonte, 20 e 21/09/97

Comissão Operativa Nacional

1. Benilda Regina Paiva de Brito- Minas Gerais
2. Edileuza Penha de Souza-Espírito Santo
3. Edna Roland- São Paulo
4. Jurema Werneck - Rio de Janeiro
5. Regina Goulart Nogueira - Rio Grande do Sul

Comissão Organizadora Local (Belo Horizonte - MG)

1. Ana Maria da Silva Soares
 2. Ângela Maria da Silva Gomes
 3. Aparecida Sacramento
 4. Benilda Regina Paiva de Brito
 5. Cláudia Márcia dos Santos
 6. Fátima Oliveira
 7. Jaqueline F. do Nascimento
 8. Osvaldina de Souza Silva
 9. Silvana Aparecida do Nascimento
 10. Yone Maria Gonzaga
- Convidada para participar da Comissão Organizadora:
Kia Chanté Lilly

Comissão de Apoio

1. Ana Maria Silva Soares
2. Aparecida dos Reis Maria
3. Cleide Hilda de Lima e Souza
4. Gláucia de Fátima Mattos
5. Jaqueline F. do Nascimento
6. Maria Aparecida C. Sacramento
7. Maria da Penha Silva
8. Patrícia Maria S. Santana
9. Rosilaine Aparecida Bragança

Convidadas

1. Diva Moreira
2. Maria Ilma Ricardo
3. Suely Carneiro

Apoios à Reunião Nacional de Mulheres Negras

1. Conselho Estadual da Condição Feminina/SP
2. Gabinete da Vereadora Jô Moraes (PC do B/MG)
3. Gabinete do Vereador Paulão (PC do B/MG)
4. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Assessoria do Prefeito encarregada da implantação da Secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra - SMACON
5. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT
6. Secretaria Estadual de Combate ao Racismo PT/MG
7. SINPRO-MG. Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais
8. UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

à jornalista Jalmelice Luz
à presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina/SP:
Maria Aparecida de Laia
à assessora do Prefeito de BH/implantação da SMACON: Diva Moreira
à Solange Regina Pinto, da Assessoria de implantação da SMACON
e ao videasta Rogério Fidélis da Silva.

Relatório elaborado por : Benilda Regina Paiva de Brito

Edna Maria Roland

Fátima Oliveira

Jurema Werneck

"Apesar das afirmações populares e oficiais de que o Brasil é uma democracia racial, indicadores sócio-econômicos demonstram a existência de profundas desigualdades sociais, construídas por eixos transversais de raça, gênero e classe.

No Brasil contemporâneo as experiências das mulheres negras continuam a ser determinadas por ideologias culturais e práticas sociais que impedem a sua mobilidade social (...)

O status sócio-econômico das mulheres afro-brasileiras está infalivelmente ligado à ideologias culturais que reforçam a crença de que mulheres de descendência africana são mais adequadas para serviços braçais.

Estas mensagens culturais são comunicadas através da mídia, particularmente nas novelas de televisão, através de práticas de socialização nos lares brasileiros, escolas e comunidades e por práticas de segregação ocupacional. Mais de cem anos depois da abolição da escravidão, imagens populares de mulheres negras continuam a ser associadas com o trabalho doméstico.

De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) realizada em 1990, 48% das mulheres pretas e 30,5% das pardas trabalhavam em serviços domésticos. Percepções populares de mulheres negras como serviços domésticas, são óbvias na sociedade brasileira.

Há uma predominância de empregadas negras nas novelas de televisão, trabalhando em casas de famílias brancas e ricas, e uma notável ausência de mulheres negras em outros papéis. O status das mulheres negras como as "outras" das mulheres brancas está perpetuado pelo fato de que as representações negativas e estereotipadas são apresentadas sem questionamento e sem contestação.

Dada esta tendência, hierarquias de raça e de gênero permanecem e são consideradas como um componente normal da sociedade brasileira".

Kia Chanté Lilly.

Pesquisadora norte-americana negra.

Doutoranda em antropologia social na Universidade do Texas, Austin, EUA.

Diferença de raça e de gênero no Brasil contemporâneo.

Texto apresentado na Reunião Nacional de Mulheres Negras, BH, 20 e 21 de setembro de 1997.

Sumário

I. Introdução.....	6
II. Processo preparatório.....	7
III. A Reunião Nacional de Mulheres Negras:	
• Dia 20 de setembro.....	8
• Dia 21 de setembro.....	11
• A Plenária Final.....	11
IV. Resoluções da Reunião Nacional de Mulheres Negras	12
V. Nome e endereço das participantes	14
Anexo I:	
Relatório do Grupo 1.....	18
Relatório do Grupo 2.....	19
Anexo II:	
Moções aprovadas	21
Anexo III:	
• Carta de Retratação.....	23
• Moção do Vereador Paulão.....	24
• Relatório da Reunião de 13/07/97, Belo Horizonte	24

Apresentação

Quando concordamos em organizar e sediar a Reunião Nacional de Mulheres Negras realizamos uma longa discussão que nos possibilitou algumas constatações e decisões que queremos compartilhar com todas as participantes do evento:

- Consideramos um privilégio a oportunidade de receber em nossa cidade centenária mulheres negras de todo o Brasil. Realizar a Reunião Nacional poderia ser um instrumento capaz de aumentar a visibilidade de nossas lutas e do nosso trabalho;

- Assumimos a realização da reunião como uma responsabilidade política e desde o primeiro momento decidimos que a Reunião Nacional aconteceria com ou sem financiamento da cooperação internacional;

- Acreditávamos que o processo organizativo de uma reunião de tal porte poderia ser um motivo suficientemente aglutinador para fortalecer a organização coletiva e plural que estávamos retomando em Belo Horizonte em 1997;

- Pensamos que, se nos esforçássemos, a organização da Reunião Nacional aumentaria os laços de solidariedade entre nós, além de espaço apropriado para o exercício da fraternidade, da franqueza e o aumento de nossa auto-estima;

- Avaliamos também que, uma vez no processo organizativo e participando do embate nacional do Movimento de Mulheres Negras, teríamos também a oportunidade de aprender a exercitar e a defender mais a nossa autonomia, enquanto pessoas e atrizes políticas -- individual e coletivamente.

Não foi fácil "tocar" a Reunião Nacional desde o convite, no dia seguinte pós Campinas, até o dia 21 de setembro, mas enfim... conseguimos.

Nossos objetivos enquanto espaço coletivo local foram totalmente contemplados. Vivenciamos uma experiência enriquecedora e gratificante enquanto pessoas e grupo.

Soubemos, com a ajuda da filosofia e da cultura da mineiridade, aparar arestas (e não foram poucas e nem eram simples). Aprendemos que exercitar a franqueza e a confiança é difícil mas não é impossível. Descobrimos que é possível usar da franqueza em todos os momentos e estabelecer relações de confiança e encontramos um antídoto poderoso contra os boatos e os "disse-me-disse". E então, aprendemos a conviver melhor e de forma respeitosa com a diversidade e a pluralidade de idéias e a negociar com habilidade o que é possível e necessário realizarmos juntas, sem que qualquer de nós seja forçada a abrir mão dos seus valores e princípios.

E olhem, às vezes parecia que não conseguíamos "separar o joio do trigo". Em alguns momentos o contexto nacional nos parecia desolador e a reunião irremediavelmente perdida, posto que após concordarmos encaminhá-la tivemos acesso a 03 (três) relatórios da mesma, de fontes diferentes, que divergiam em muitos pontos.

Desde o início nos propusemos a cada instante tentar descobrir qual era "O" inimigo. Podemos dizer que em nenhum momento ele foi identificado por nós entre nós. Isso nos dava alento para prosseguirmos rumo à Reunião Nacional de Mulheres Negras. Demos o melhor de nós e nos esforçamos ao máximo para recebê-las com dignidade e conforto.

Compareceram 69 mulheres, de 10 Estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo) e do Distrito Federal, das quais 57 participantes indicadas em seus Estados; 09 constituíram a Comissão de Apoio e 03 foram convidadas pela Comissão Organizadora. Amadurecemos muito e crescemos juntas. À todas a nossa incomensurável gratidão.

Mulheres, obrigada. Valeu! AXÉ!

**A Comissão Organizadora de Belo Horizonte/MG
da Reunião Nacional de Mulheres Negras.
Belo Horizonte, setembro de 1997**

I-Introdução

A Reunião Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte 20 e 21 de setembro de 1997, insere-se no processo de organização das mulheres negras brasileiras e tem como marco histórico e inicial contemporâneo o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (Valença/RJ, 1988, 450 participantes, 17 Estados), ao qual se seguiu o II Encontro Nacional de Mulheres Negras (Salvador/BA, 1991, 430 participantes, 17 Estados); o Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (Itapecerica da Serra/SP, 1994, 55 participantes, 14 Estados) preparatório para a Conferência sobre População e Desenvolvimento, Cairo/95; o I Seminário Nacional de Mulheres Negras (Atibaia/SP, 1993, 48 participantes, 09 Estados) e o II Seminário Nacional de Mulheres Negras (Salvador/BA, 1994, 67 participantes).

O II Seminário Nacional de Mulheres Negras objetivava, além da discussão de propostas de organização nacional das mulheres negras, discutir também a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). No referido seminário apareceram várias propostas sobre organização e foram para apreciação e votação final as propostas de Rede Nacional de Mulheres Negras e Articulação Nacional de Mulheres Negras. Foi aprovada a formação de uma Articulação Nacional de Mulheres Negras, cuja implementação inicial ficou a cargo da Articulação Norte/Nordeste de Mulheres Negras. Tal decisão não foi implementada. Em meio a inúmeras dificuldades e certa interrupção de momentos mais coletivos para o diálogo, a discussão sobre "Formas de Organização" ficou interrompida desde 1994.

Em 1992 uma delegação de mulheres negras brasileiras participou do I Encontro de Mulheres Afrolatinas e Afrocaribenhas, República Dominicana, que definiu a formação da Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas (RMAA). Desde então, os debates sobre a forma organizativa denominada "Rede" têm sido presença constante em nossas discussões sobre o assunto. Parece consensual que não conseguimos aprofundar as reflexões sobre tal temática e nem mesmo avaliamos a contradição de que no II Seminário Nacional de Mulheres Negras (Salvador, 1994) recusamos a formação de uma Rede Nacional de Mulheres Negras, e no entanto em 1997 (reunião de Campinas e de Belo Horizonte) decidimos coletivamente participar de uma rede regional de caráter continental (a RMAA). Muito embora a filiação à RMAA seja de caráter pessoal ou no âmbito de cada instituição, ao indicarmos em reuniões nacionais (Campinas e Belo Horizonte, 1997) a representação do Brasil para a Coordenação da RMAA, reconhecemos e legitimamos a existência da Regional Brasil da RMAA.

Em 1996 uma delegação de 29 brasileiras compareceu ao II Encontro da RMAA, na Costa Rica, onde foi assumida a tarefa de, ao retornar ao país, encaminhar a definição da representação do Brasil na Coordenação Geral da Rede/RMAA que, conforme decisão das participantes de tal discussão, seria de 06 representantes brasileiras.

Em reunião informal realizada por ocasião do 80. Encontro Internacional Mulher e Saúde (Rio de Janeiro, março de 1997), com a presença de mulheres negras de vários estados e de Epsy Campbell (coordenadora geral da Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas), a grande discórdia referia-se ao fato que algumas mulheres afirmavam que só poderiam participar da reunião de avaliação do II Encontro da Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas e da eleição das coordenadoras brasileiras para a referida rede, prevista para abril de 1997 em Campinas/SP, quem esteve na Costa Rica. Para outras, já que em Campinas decidiríamos sobre a representação



brasileira, a reunião deveria ser aberta a quem quisesse e pudesse ir. O consenso não foi possível entre as duas posições, mas o óbvio ficou definido: qualquer mulher negra que pudesse ir à Campinas deveria fazê-lo.

Em abril de 1997 realizou-se em Campinas uma Reunião Nacional com o objetivo de avaliar o II Encontro da Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas, bem como de definir a representação brasileira. Compareceram 58 mulheres de 13 Estados. Nesta reunião foram eleitas apenas 03 representantes, ficando as outras 03 para deliberação em uma outra Reunião Nacional na qual deveríamos também colocar em debate os seguintes pontos:

- a) . as formas de organização nacional das mulheres negras;
- b) . repercussão nacional de nossa vinculação/inserção na Rede/RMAA e a
- c) . definição de bandeiras de luta na atual conjuntura política.

II. Processo Preparatório

Em Campinas (abril de 1997) foi constituída a Comissão Operativa Nacional (Edna Roland, Edileuza Penha de Souza, Jurema Werneck, Regina Goulart Nogueira e uma pessoa indicada por Minas Gerais¹) com o objetivo de encaminhar a Reunião Nacional de Mulheres Negras. Tal comissão realizou duas reuniões preparatórias. A primeira, no Rio de Janeiro, em 15 e 16 de maio, na sede do Criola, da qual participaram Edna Roland, Jurema Werneck e Regina Goulart Nogueira, que consultaram por telefone e fax as demais integrantes. Nesta reunião foi elaborada proposta de agenda para a Reunião Nacional; roteiro de discussão sobre as formas de organização; proposta de distribuição das vagas e um projeto que foi encaminhado para a agência de cooperação internacional WIDE, solicitando apoio financeiro. Foi elaborado um cronograma inicial de trabalho, que incluía a produção de dois boletins informativos (que foram feitos). Foi também elaborado um cadastro com cerca de 250 nomes/endereços de mulheres negras de várias cidades brasileiras.

A segunda reunião aconteceu em Belo Horizonte, no dia 13 de julho, no Espaço Mulher, com a presença de Benilda Regina Paiva de Brito, Edna Roland e Jurema Werneck, da Comissão Operativa Nacional e as seguintes integrantes da Comissão Organizadora: Benilda Regina Paiva de Brito, Fátima Oliveira, Osvaldina de Souza Silva, Silvana Aparecida do Nascimento, Yone Maria Gonzaga, e a convidada Kia Chanté Lilly.

Esta reunião adiou a data da Reunião Nacional para 20 e 21 de setembro, reelaborou o programa e redefiniu o cronograma de atividades.

"Considerando-se os debates ocorridos em Campinas-SP, nos dias 19 e 20 de abril último, reafirmamos os objetivos abaixo:

- * discutir formas de organização das mulheres negras;
- * discutir as bandeiras de lutas identificando objetivos comuns;
- * discutir a forma de relacionamento do movimento brasileiro de mulheres negras com a Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas e proceder a eleição de mais três representantes."²

Foram distribuídos dois boletins informativos pela Comissão Operativa Nacional, que foram distribuídos com a colaboração de Maria Aparecida de Laia, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo.

O apoio financeiro da Wide não se concretizou e a reunião foi realizada com recursos (tais como alimentação, hospedagem, impressão de materiais, filmagens) conseguidos exclusivamente pela Comissão Organizadora Local, junto a parceiros da cidade de Belo Horizonte.

¹ Em Campinas, foi indicada provisoriamente Osvaldina de Souza Silva, única mineira que pôde comparecer àquela reunião. Chegando a Belo Horizonte, Osvaldina fez um relato da reunião ao Fórum de Mulheres Negras e tão logo decidimos organizar a reunião Nacional de mulheres Negras, foi indicada, por unanimidade, Benilda Regina Paiva de Brito para a Comissão Operativa Nacional.

² Extraído do Relatório da Comissão Operativa e da Comissão Organizadora da reunião Nacional de Mulheres Negras. Belo Horizonte, 13/07/97.

III. A REUNIÃO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, BH 20 e 21 de setembro de 1997

Dia 20 de setembro

No período da manhã a reunião foi aberta por Benilda Regina Paiva de Brito, da Comissão Operativa Nacional e da Comissão Organizadora Local, que deu as boas vindas às participantes. Em seguida, Jurema Werneck e Edna Roland, da Comissão Operativa Nacional, relataram às participantes a condução do processo preparatório e o papel desempenhado pela Comissão Operativa Nacional.

Logo após, Benilda Regina Paiva de Brito coordenou uma mesa composta por Diva Moreira, futura Secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte, e Suely Carneiro, do Geledés -- Instituto da Mulher Negra/SP. A primeira, de modo singular e instigante, discorreu e refletiu sobre prioridades do movimento negro e políticas públicas globais que teriam decorrências positivas fundamentais para a população negra. A segunda, procedeu uma avaliação sobre o processo organizativo e as formas de organização do movimento de mulheres negras no Brasil.

Após as palestras foi realizado um debate do qual várias pessoas participaram com perguntas ou tecendo considerações sobre os temas em pauta.

Diva Moreira falou de sua alegria pelo êxito da Reunião Nacional de Mulheres Negras e que o significado dela para as mulheres negras de Belo Horizonte era grande, pois demonstrou que é possível superar divergências e que todo o processo preparatório evidenciou muita maturidade e fortalecimento da solidariedade. Enfatizou que os temas do movimento negro são muito setoriais e que precisamos nos debruçar mais sobre temas mais globais e questões de ordem estratégica. Por exemplo, nos preocupamos muito em denunciar o racismo na escola, o que é também uma necessidade, mas não nos envolvemos de forma aprofundada sobre as políticas educacionais. Qual é, por exemplo, a nossa posição enquanto movimento negro sobre a bandeira de luta "Universidade pública e gratuita"? O que tal slogan significa mesmo quando sabemos que a universidade pública brasileira é segregada para a população negra? O que quer dizer tal lema se o caráter de tal universidade é racista?

Em relação à saúde temos dado destaque nos últimos anos à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, que sem dúvida são questões importantes, mas temos feito isso em detrimento de outras questões de saúde com repercussões maiores qualitativa e quantitativamente sobre a população negra, como é o caso do recrudescimento de doenças como a tuberculose.

Sabemos que as ações de saúde com maior impacto para a população negra, com certeza são as que objetivam melhorar as condições sociais e materiais de vida e de

saúde das populações pobres em geral. Ou seja, qual é mesmo a nossa posição e qual tem sido o nosso empenho em relação às políticas públicas de saúde?

Segundo Suely Carneiro "A luta das mulheres negras brasileiras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista. Este novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar a tradição de luta do movimento negro e do feminista, afirma esta nova identidade política decorrente do ser mulher e negra.

O atual movimento de mulheres negras ao trazer para a cena política as contradições resultantes das variáveis raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do nosso País, **enegrecendo**, de um lado as reivindicações das mulheres e, por outro, promovendo a **feminização** das propostas e reivindicações do movimento negro.

Cresce também entre as mulheres negras a consciência de que a globalização da economia e a nova ordem neoliberal, que entre outras coisas agudizam a feminização da pobreza, colocam a necessidade de articulação e atuação na sociedade civil em nível mundial.

Apesar de todas estas iniciativas, temos um sentimento generalizado de frustração, particularmente em relação ao nosso processo organizativo. O sistemático aborto destas propostas de constituição, seja de Comissões ou Articulações ou Rede de Mulheres Negras de caráter nacional, faz supor que, instintivamente, perseguimos algo que não se encontra suficientemente maduro para se revelar enquanto uma forma de organização política coletiva que tenha efetivamente o nosso rosto. Talvez tais impasses no plano organizativo se devam ao fato de que historicamente temos proposto formas organizativas tomadas de empréstimo do Movimento Negro – grandemente influenciadas pelos modelos organizativos da esquerda – ou temos defendido experiências organizativas do Movimento Feminista, supostamente mais horizontais, como as Redes temáticas. Acredito que isto se deve à realidade de que a agenda política das mulheres negras tem sido determinada por estes dois movimentos, então as nossas opções organizativas decorrem da maior ou menor proximidade em relação a cada um deles. Portanto, o papel das mulheres negras em luta ao longo dos últimos anos tem consistido, fundamentalmente em estabelecer o corte anti-racista nas propostas e políticas contra a opressão de gênero e o corte de gênero nas propostas e políticas anti-racistas.

Se este balanço é verdadeiro, excetuando-se a Campanha contra a Esterilização em Massa de Mulheres e as frustradas tentativas de organização nacional, as mulheres negras brasileiras ainda não conseguiram tematizar uma agenda política própria.

Uma feminista negra norte-americana, Patrícia Collins, argumenta que o pensamento feminista negro seria **"um conjunto de experiências e idéias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade... ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem"...**

A partir desta visão Patrícia Collins elege **"5 temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1. O legado de uma história de luta; 2. A natureza interligada de raça, gênero e classe; 3. O combate aos estereótipos ou "imagens de controle"; 4. A atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; e 5. A política sexual".**

Creio que essas reflexões poderiam nos ajudar a estruturar uma agenda política, bandeiras consensuais e formas de organização política. Se existe um legado de luta das mulheres negras não temos nos dedicado suficientemente a ele para redescobrir táticas e estratégias de luta historicamente desenvolvidas pelas mulheres negras no

Brasil, o que provavelmente poderia inspirar formas organizativas mais originais do que as opções que temos hoje.

Se a natureza interligada de raça, gênero e classe é outro fundamento de um feminismo negro, que projeto político – a partir desta condição – se coloca para as mulheres negras? O aprofundamento destas questões determinaria as nossas parcerias, as nossas alianças, as nossas táticas e as nossas estratégias para atuação na conjuntura atual...

Escolhi estas questões entre muitas outras, que com certeza inquietam a todas, para exemplificar conteúdos que nos dizem diretamente respeito e que não estamos tratando enquanto prioridades políticas e que talvez estejam nas origens dos nossos impasses organizativos, porque não é possível organizar-se coletivamente sem definir exatamente para que. A ausência desta definição transformou a discussão da organização nacional das mulheres negras numa mera disputa de representação política destituída de conteúdo programático e de metas de curto, médio e longo prazo, prática que não legitima a ação política de ninguém e adia interminavelmente a consolidação de um efetivo movimento de mulheres negras de fisionomia própria e capaz de ser um interlocutor real das forças políticas desta sociedade".³

No período da tarde Regina Adami coordenou os trabalhos sobre Formas de Organização, tendo como secretária dos trabalhos Magali Mendes. 24 pessoas apresentaram, durante 10 minutos cada uma, as suas avaliações e visões acerca das formas de organização das mulheres negras, tendo sido apresentados cerca de 06 documentos por escrito⁴. Durante 240 minutos ouvimos atentamente as avaliações e as propostas de 24 mulheres. Metodologicamente foi uma Tarde de Audição, dinâmica que possibilita ouvir, refletir... À primeira vista parece ter sido uma tarde monótona, no entanto foram momentos muito novos e interessantes, pois são poucas as oportunidades que temos para o desenvolvimento da prática de ouvir o que as outras pessoas têm a dizer.

À noite foi realizada uma mesa, coordenada por Edna Roland, sobre Saúde da População Negra, Terceira Idade e Políticas Públicas, Gênero e Raça, tendo como debatedoras Fátima Oliveira, Maria Moura e Ângela Gomes, além de Maria Ilma Ricardo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de BH, convidada para esta mesa para uma saudação especial às participantes do evento e de Valdete Cordeiro que discorreu sobre o trabalho desenvolvido pelas e para as mulheres negras da Terceira Idade do Alto Vera Cruz, bairro de Belo Horizonte de maioria populacional negra.

Em seguida foram feitas as apresentações culturais:

- Trecho da peça Morte e Vida Severina encenado por duas participantes do Grupo Vênus: Hercília Levi (também presidenta do Movimento Popular da Mulher/BH) e Lia Damásio (Grupo Vênus);
- Desfile de Modas, coordenado pelo Grupo Africanize (Belo Horizonte, MG);
- Cantigas de Roda pelo Grupo da Terceira Idade do Alto Vera Cruz, BH, MG e a
- Apresentação das Mulheres de Xangô/ RJ.⁵

³ Síntese, feita pela autora, do texto apresentado no dia 20 de setembro de 97 na Reunião Nacional de Mulheres Negras.

⁴ Os documentos, artigos e reportagens publicados em jornais de BH, sobre a reunião Nacional de Mulheres Negras, encontram-se no arquivo da Comissão organizada de Belo Horizonte e constituem um acervo interessante e rico. Sugerimos que alguma organização do movimento de mulheres Negras realize a publicação.

⁵ Após a apresentação da Mulheres de Xangô ocorreu uma acalorada e conflituosa discussão entre as Mulheres de Xangô e uma pessoa presente ao evento cultural, também cultuadora do Candomblé. A Comissão Organizadora de Belo Horizonte analisou o incidente como um conflito entre diferentes visões do Candomblé. No anexo II do Relatório Final publicamos uma carta que foi enviada à Comissão por um dos protagonistas do conflito.

Dia 21 de setembro

O ponto de partida dos trabalhos do dia foi uma Celebração conduzida por Benilda Regina Paiva de Brito, ocasião em que várias mulheres evocaram pessoas queridas vivas ou falecidas; algumas refletiram sobre o entrevado da noite anterior; outras proferiram orações em agradecimento ao privilégio de poderem compartilhar momentos tão importantes e significativos para as mulheres negras em luta.

Em seguida foram constituídos dois Grupos de Interesses que discutiram sobre formas de organização; relação do movimento brasileiro de mulheres negras com a CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), além da elaboração de bandeiras de lutas.

Plenária Final

Coordenada por Fátima Oliveira, secretariada por Edileuza Penha de Souza.

• Eleição de mais 03 representantes brasileiras para a Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas.

Foram indicadas as seguintes representantes das três regiões definidas na reunião de Campinas:

Região Nordeste - Elizabeth Lima da Silva (Rio Grande do Norte);

Região Sudeste - Benilda Regina Paiva de Brito (Minas Gerais) e

Região Sul - Ernestina dos Santos Pereira (Rio Grande do Sul).

As representantes indicadas em Campinas são:

Região Centro-Oeste - Lucimar Alves Martins (Distrito Federal);

Região Nordeste - Edenice Santana de Jesus (Bahia) e

Sudeste - Joana Angélica de Souza (Rio de Janeiro).

Conforme acordo realizado em Campinas, referendado pela Reunião de Belo Horizonte, as 06 representantes têm direitos e deveres iguais, realizando uma gestão coletiva, sendo todas titulares.

• Informe sobre o XII Encontro Nacional Feminista

Pela primeira vez no Brasil as mulheres negras são maioria na Comissão Organizadora de um Encontro Feminista. Isso coloca para as mulheres negras a responsabilidade de comparecer, apoiar e participar através de oficinas deste Encontro, que será realizado em Salvador de 28 de outubro de 01 de novembro de 1997.

• Leitura dos Relatórios dos Grupos de Interesses

Grupo 1. Coordenadora (várias); Relatora: Gevaniilda Gomes Santos (vide anexo I)

Grupo 2. Coordenadora: Ubiracy Dias; Relatora: Jurema Werneck (vide anexo I)

• Os debates e as decisões

Após a leitura dos relatórios as bandeiras de luta apresentadas pelo Grupo 1 e 2 foram aprovadas por aclamação.

Logo após foi aprovada, por unanimidade, a realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras para antes do ano 2000.

Em terceiro lugar, foi realizado acalorado debate sobre as formas de organização, centrado em duas propostas, que culminou com a aprovação de uma definição sobre tal tema que, conforme está nas Resoluções, consta da decisão de

*** fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Mulheres Negras como espaços que ainda podem cumprir bem o papel de nos agregar para lutas comuns e de facilitador de intercâmbio e a**

* não criação, nesse momento, de uma instância nacional dirigente e que fale em nome de TODAS as mulheres negras em luta, que se encontra expressa no ponto 02 das Resoluções (formas de organização): "Consideramos legítima a participação das mulheres negras em diferentes instâncias organizativas, em âmbito local, regional, nacional e continental. Logo, é legítima a participação das pessoas em caráter individual ou como membro de um grupo/entidade em todas as formas de organização apontadas, tais como: rede, fórum, CONEN e articulação, etc." Esta proposta foi aprovada com 42 votos a favor. Obteve apenas 08 votos contra.

Por último, a plenária foi consultada sobre a possibilidade de ouvirmos algumas opiniões sobre como encaminhar o III Encontro Nacional de Mulheres Negras. A resposta foi positiva.

Seis pessoas se inscreveram e teceram algumas considerações sobre "como encaminhar a organização do III ENMN". No entanto, segundo avaliação da coordenadora da plenária, dado o adiantado da hora e diante do fato inegável que não foram apresentadas propostas consistentes o suficiente para encaminhar uma definição de consenso, a coordenadora apresentou uma proposta intermediária: remeter o assunto "Comissão Organizadora do III ENMN" para os Fóruns Estaduais de Mulheres Negras, até como uma tarefa capaz de aglutinar mais e mais mulheres/grupos/entidades e de fortalecer e consolidar tais espaços. Os Fóruns Estaduais de Mulheres Negras, na medida em que forem se reconstituindo, elaborarão propostas de encaminhamentos sobre a organização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras, que deverão ser encaminhadas para Belo Horizonte até março de 1998. O Fórum de Mulheres Negras de Belo Horizonte se responsabiliza pelo envio de todos os documentos recebidos dos Fóruns Estaduais para todas as participantes da Reunião Nacional e para todos os Fóruns Estaduais.

Apesar de algumas discordâncias com a avaliação e o encaminhamento, a proposta foi aprovada e o seu inteiro teor faz parte das Resoluções.

IV. Resoluções da Plenária Final da Reunião Nacional de Mulheres Negras

Belo Horizonte, 20 e 21 de setembro de 1997

• Bandeiras de Luta

Foram aprovadas todas as bandeiras de luta apresentadas.

A luta pela terra - terra para os remanescentes de quilombos - enfoque para a defesa das terras ameaçadas pelas barragens: "Terras sim, barragens não. Água para a vida e não para a morte." Defesa da terra e seu caráter social no campo, na Zona Urbana e sua relação com a ecologia;

Educação - o direito à educação pública, gratuita, universal e de qualidade que garanta a diversidade de gênero, étnica e cultural - enfoque para a manutenção pública da educação formal e destaque especial para a educação informal nos aspectos da negritude e da paternidade responsável.

Pela defesa das religiões e cultos afro-brasileiros

Pelo direito à Saúde

- Participar das lutas pelo direito à saúde e melhoria da qualidade de vida;
- Integrar a Campanha SOS SUS - em defesa do SUS - Sistema Único de Saúde, que vem sofrendo pesados ataques do projeto neoliberal em curso no país;
- Apoiar o Programa Nacional de Anemia Falciforme do ministério da Saúde - PAF/MS, objetivando garantir a sua implementação global, contemplando as suas diretrizes diagnósticas, assistenciais, educativas, científicas e bioéticas - o que implica na não aceitação de mutilações do referido programa;
- Promover a atualização e a multiplicação do debate sobre Saúde e Direitos Reprodutivos segundo a perspectiva das mulheres negras brasileiras, visando a socialização de informações, a elaboração teórica e a organização das lutas em tal área.

Denúncia e combate à todas as formas de violência sobre a população negra

- Destaque ao combate ao extermínio da população negra - enfoque para o combate à violência urbana, rural, doméstica, sexual e racial;
- Combate à violência doméstica, sexual e racial - incluindo o monitoramento da atuação das "Delegacias da Mulher" ;
- Integrar e desenvolver ações próprias na *Campanha Nacional contra a Violência Doméstica e pela Paternidade Responsável*.

Pelo Direito ao Trabalho

- Participação nas lutas contra efeitos nocivos da globalização da economia;
- Garantia do trabalho doméstico sem discriminação - enfoque para o pleno emprego; combate ao desemprego, subemprego e à terceirização;
- Aprofundar a reflexão e a ação contra o neoliberalismo - Emprego SIM, neoliberalismo NÃO. Fora FHC!

Pelo Direito à Moradia

- Maior empenho nas lutas pelo direito à habitação - dando destaque à perspectiva e às necessidades de gênero agregadas ao recorte racial.

• Sobre formas de Organização

1. Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas - conforme acordo realizado em Campinas, referendado pela Reunião de Belo Horizonte, as 06 representantes brasileiras têm direitos e deveres iguais, realizando uma gestão coletiva, sendo todas titulares.

2. Consideramos legítima a participação das mulheres negras em diferentes instâncias organizativas, em âmbito local, regional, nacional e continental. Logo é legítima a participação das pessoas em caráter individual ou como membro de um grupo/entidade em todas as formas de organização apontadas, tais como: rede, fórum, CONEN, articulação etc.

3. Recomendamos o empenho de cada uma de nós na reorganização e no fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Mulheres Negras;

4. Aprovamos, por unanimidade, a realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras antes do ano 2000;

5. Os Fóruns Estaduais de Mulheres Negras, na medida em que forem se reconstituindo, elaborarão propostas de encaminhamentos sobre a organização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras, que deverão ser encaminhadas para Belo Horizonte até março de 1998, para o seguinte endereço:

Benilda Regina Paiva de Brito
Benvida - Centro de Apoio à Mulher
Avenida Amazonas, 5801
30.510-000 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Fone: (031) 277-7047
Fone/Fax: (031) 277-7076

O Fórum da Mulheres Negras de Belo Horizonte se responsabiliza pelo envio de todos os documentos recebidos dos Fóruns Estaduais, para todas as participantes da Reunião Nacional e para todos os Fóruns Estaduais.

U. Nome e Endereço das participantes da Reunião Nacional de Mulheres Negras:

- | | |
|--|---|
| 1. Ana Lúcia de Lima
SC/RN, 706. Bloco G -Ent. 39
Asa Norte
70.740-573. Brasília - DF | 7. Antônia de Jesus Afonso
Rua Alfredo Elles, 91
Vila 31 de Março
13.901-370. Campinas - São Paulo |
| 2. Ana Marcelina Rodrigues dos Santos
Rua Presciliano Pinto, 508
Boa Vista - 15.025-100.
São José do Rio Preto - SP | 8. Benilda Regina Paiva de Brito
Rua Nair Pentagna Guimarães, 300, Bl 05,
apto 206
Heliópolis
31.760-100. Belo Horizonte - MG |
| 3. Ana Simeão de Lima
Rua Michel Masljur, 98
Vila Aurocan
13.034-220. Campinas - SP | 9. Cláudia Márcia dos Santos
Rua Mendanha, 48C
Padre Eustáquio
30.720-120. Belo Horizonte - MG |
| 4. Anaise Silva Fortunato
Rua Rio Icoentis, 582
Riacho
32.280-170. Contagem - MG | 10. Creuza Maria de Oliveira
Av. Vasco da Gama, 682
Vasco da Gama
Salvador - Bahia |
| 5. Ângela Maria da Silva Gomes
Rua Francisco Alves, 100
Santa Amélia
31.555-130. Belo Horizonte - MG | 11. Denise Antônia P. Pacheco
Rua Castro Maia, 122
Primeiro de Maio
31.810-530. Belo Horizonte - MG |
| 6. Ângela Maria Motta
Rua Eugênio Broglio, 8
Jardim Santa Clara
13.920-000. Pedreira -SP | 12. Edna Roland
Rua Vergueiro, 434/3o. andar
Aclimação
01504-000. São Paulo - SP |

13. Edenice Santana de Jesus
Rua Visc. São Lourenço, 66
Campo Grande
Salvador - Bahia

14. Edileuza Penha de Souza
Rua Coronel Alziro Viana, 140
29.016-010. Vitória - Espírito Santo

15. Elizabeth Lima da Silva
Rua Vicente Celestino, 40
Nazaré
59.060-450. Natal -RN

16. Ernestina dos Santos Pereira
Rua Cônego Siqueira C., 1, 688
Fragata
96.030-280. Pelotas - RS

17. Eudete Santana
Rua 49, 6/3a. Etapa
Castelo Branco
40.320-010. Salvador - Bahia

18. Fátima Oliveira
Rua Conde de Linhares, 742/102
Cidade Jardim
30.380-030. Belo Horizonte -MG

19. Flávia dos Santos
Rua José Martiliano de Souza, 478
Granada
32.532-420. Betim - MG

20. Gevanilda Gomes Santos
Rua Oliveira Melo, 357
Ipiranga
04271-000. São Paulo - SP

21. Giselda Fabiano da Silva (Janine)
Rua Paulino Pinto, 517
Tambaó
58.035-000. João Pessoa - PB

22. Heloísa Helena Alves dos Santos
Rua Senador Nabuco, 447/C.2
Vila Isabel
20.551-230. Rio de Janeiro -RJ

23. Inaldete Pinheiro de Andrade

Rua Hospício, 923/205
Boa Vista
50.050-050. Recife -PE

24. Ivete da Silva Santos
Rua Dona Euzébia, 12
Tijuca
21.060-120. Rio de Janeiro - RJ

25. Joana Angélica de Souza
Estrada da Gávea, 199/C. 18
Gávea
22.451-260. Rio de Janeiro -RJ

26. Jurema Werneck
Rua Senador Dantas, 117. Cobertura 2 B
Centro
20.031-201. Rio de Janeiro - RJ

27. Kellen Cristina Geremias Salvador
Rua 3, No. 13
Jardim Novo Flamboyant
13.093-693. Campinas - SP

28. Kely Maria Lousada Machado
Rua Visconde de Niterói, P.2, Casa 22
Mangueira
20.943-000. Rio de Janeiro - RJ

29. Kia Chanté Lilly
Rua Rogério Fajardo, 160/902
Anchieta
30.310-450. Belo Horizonte - MG

30. Kika de Souza Silva
Rua Cereja do Rio Grande, 35/13A
08490-000. Tiradentes - SP

31. Kita de O'a
Rua Riachuelo, 42
Lapa
20.230-014. Rio de Janeiro -RJ

32. Lucimar Alves Martins
QE 44. Conjunto A, Casa 12
Guará II
71.070-017. Brasília - DF

33. Magali Mendes
CP 5502. Agência São Jorge
Campinas - SP

34. Maria Alice Santos
Rua Alfredo Baker, 458/103, Bl 4B
Alcântara.
24.452-000. São Gonçalo - RJ
35. Maria de Fátima S. S. Martins
Rua Bulhões de Carvalho, 05
27.197-000. Pinheiral - RJ
36. Maria das Graças M. Santos
Rua 3, No. 51
Conjunto Liberdade
32.161-970. Contagem - MG
37. Maria Luiza Araújo dos Anjos
SCLN, 212. BlocoB/208
Asa Norte
70.864-520. Brasília - DF
38. Maria Moura
Rua Prof. Lacê, 501
Ramos
21.060-120. Rio de Janeiro - RJ
39. Maria Noelci Teixeira Homero
Rua Vasco da Gama, 277/401
Bonfim
90.420-111. Porto Alegre - RS
40. Mariza Jussara Rodrigues da Silva
Rua João Pinto, 23
Parternon
90.660-290. Porto Alegre - RS
41. Mônica Lajes dos Santos
Rua Visconde de Niterói, P.2. Casa 7
Mangueira
20.943-000. Rio de Janeiro - RJ
42. Nelma Oliveira Soares
Rua Caieiras, 279
Medianeira
90.660-100. Porto Alegre - RS
43. Nicéa Quintino Amauro
CP 152.
13.560 -970. São Carlos - São Paulo
44. Nilza Iraci
- Rua Maria Antônia, 100/54
Consolação
01.222-010. São Paulo - SP
45. Osvaldina de Souza Silva
Av. Mun. Oliveira Salazar, 63
Santa Mônica
31.525-000. Belo Horizonte - MG
46. Regina Célia Santana Adami Santos
HCGN 715. Bl. J - Casa 5
Asa Norte
70.770-710. Brasília - DF
47. Regina Semião
Rua Santa Inês, 61. Bl. B/43D
Condomínio Santa Helena
Padre Anchieta II
Campinas - SP
48. Silvana Aparecida Nascimento
Rua Vicente Azevedo, 651
Barreiro de Baixo
30.285-170. Belo Horizonte - MG
49. Simone Maria dos Santos
Rua Druílio Pelegrino, 55
São João Batista
Belo Horizonte - MG
50. Sônia Cleide Ferreira da Silva
Rua C, 161. Quadra 391. Lote 15
Jardim América
Goiânia - Goiás
51. Sônia Regina de Paula Leite
Rua Guaraepo, 31
Vila Prudente
03.157-090. São Paulo - SP
52. Stella Maria Eve Felizardo
Praça Nossa Senhora da Guia, 103
11.960-000. Eldorado - SP
53. Susete de P. Lima
Rua 255, 149
Conforto
27.180-000. Volta Redonda - RJ
54. Ubiracy Dias



Rua Manoel Faustino, 37
Brotas
40.243-140. Salvador - BA

55. Vera Lopes
Rua Mariante, 832/02
Rio Branco
90.430-180. Porto Alegre - RS

56. Vera Menezes
Rua Alto Manoel Monte, 101E
Plataforma
40.717-290. Salvador - BA

57. Yone Maria Gonzaga
Avenida Olegário Maciel, 274/405
30.180-914. Belo Horizonte - MG

7. Maria da Penha Silva
Rua Rui Barbosa, 20
Santa Mônica
31.525-130. Belo Horizonte - MG

8. Patrícia Maria S. Santana/MG;
Rua Nair Pentagna Guimarães, 215, apto
305
Heliópolis
31.760-100. Belo Horizonte - MG

9. Rosilaine Aparecida Bragança
Rua 18, No. 12
Jardim dos Comercários/Venda Nova
31.650-000. Belo Horizonte - MG

Comissão de Apoio ao evento

1. Ana Maria Silva Soares
Rua Edson, 396
União
31.160-620. Belo Horizonte - MG

2. Aparecida dos Reis Maria
Rua Rita Marcelina, 135
Boa Vista
31.070-360. Belo Horizonte - MG;

3. Cleide Hilda de Lima e Souza
Rua Virginópolis, 255
São Geraldo
31.050-710. Belo Horizonte - MG

4. Gláucia de Fátima Mattos
Alameda Armando C. M. Rodrigues, 42/14
Vila Betânia
12.245-210. São José dos Campos - SP

5. Jaqueline F. do Nascimento
Rua Orquídea, 530
Marajó
30.570-480 - Belo Horizonte - MG

6. Maria Aparecida C. Sacramento
Rua Galileu, 420
Nossa Senhora da Glória
30.870-000. Belo Horizonte - MG

Convidadas

1. Diva Moreira
Rua Diana, 486
Ana Lúcia
34.710-210 (Sabará)/Belo Horizonte - MG

2. Maria Ilma Ricardo
Rua Cláudio Antônio, 200
São Francisco/7a Seção
31.250-040. Belo Horizonte - MG

3. Suely Carneiro
Rua Profa. Gioconda Mussolini, 259
Butantã
05.587-120. São Paulo - SP

Participantes indicadas nos Estados : 57

Comissão de Apoio: 09

Convidadas: 03

Total: 69

ANEXO I

Relatório do Grupo 1

Participantes: 32 mulheres organizadas no movimento negro, popular e sindical, atuantes em entidades de participação mista (mulheres e homens), dos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo, pertencentes aos seguintes grupos/entidades: Coletivo de Mulheres Negras Petistas/MG; Grucon/MG; APN's/GO; APN's/MG; Centro de Mulheres de Favelas e Periferia/RJ; Kilombo/RN; Remanescente de Quilombo Vale do Ribeira/SP; Associação de Mulheres Negras Obori Dudu/ES; Centro de Cultura da Candelária/RJ; GT-Mulher Feconezu, Campinas/SP; MNU/MG; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região/SP; IPCN-Mulher - Secretaria de Mulheres do IPCN/RJ; Soweto -- Organização Negra/SP; Coletivo de Mulheres do RS; Maria Mulher/RS; MNU/BA; Movimento Negro de Pedreira/SP; Confederação Nacional dos Trabalhadores Domésticos/Brasil; Quilombolas - Coletivo de Campinas/SP; GT Auri-Auá/MG; Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP; Oriashe/SP; Coletivo de Mulheres Niger Okan/BA; Fórum de Mulheres Negras em Ação/RJ; Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras do interior, capital e litoral/São Paulo; Abarajé/RJ; Mulheres de Xangô/RJ; CREASF Pinheiral/RJ; Sindoméstico Bahia; Sindicato de Empregados Domésticos/RS.

Concepção de organização

Os debates levaram o grupo a concluir que uma definição de concepção de organização exige o estabelecimento de bandeiras de lutas prioritárias para o combate à dominação de gênero, raça e classe (qual a política); a definição dos objetivos da forma de organização (quais os instrumentos mais adequados para a realização da política proposta); o respeito às demandas organizativas de diferentes grupos; a elaboração de uma agenda até o ano 2000, assim como a definição de quais os instrumentos mais apropriados para o encaminhamento da agenda.

1. Definição de bandeiras de lutas prioritárias para o combate à dominação de gênero raça e classe;

2. A forma de organização entre os grupos/entidades devem a). buscar apoio/pressão popular; b). buscar apoio técnico e/ou jurídico;

3. É fundamental a auto-representação das demandas organizativas aqui presentes ou que vieram participar desta Reunião Nacional de Mulheres negras. Por exemplo, as representantes de religiões afro-brasileiras; as trabalhadoras domésticas. Todas devem ter respeitadas as suas próprias vozes;

4. É indispensável a elaboração de uma agenda própria das mulheres negras até o ano 2000: III Encontro Nacional de Mulheres Negras; II ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras; e Congresso das Entidades Negras;

5. Os instrumentos políticos de encaminhamento da agenda acima descrita são: Fóruns; Redes; CONEN e Articulações.

Bandeiras de Luta

- Garantia do trabalho doméstico sem discriminação - enfoque para o pleno emprego; combate ao desemprego, subemprego e à terceirização;
- Combate ao extermínio da população negra - enfoque para o combate à violência urbana, rural, doméstica, sexual e racial;
- Terra para os remanescentes de quilombos - enfoque para a defesa das terras

ameaçadas pelas barragens: "Terra sim, barragens não. Água para vida e não para morte". Defesa da terra e seu caráter social no campo, na zona urbana e a sua relação com a ecologia;

- Educação pública, gratuita, universal e de qualidade que garanta a diversidade de gênero, étnica e cultural – enfoque para a manutenção pública da educação formal e destaque especial para a educação informal nos aspectos da negritude e da paternidade responsável;
- Saúde e qualidade de vida;
- Pela defesa das religiões e cultos afro-brasileiros;
- Emprego SIM, neoliberalismo NÃO. Fora FHC!

Estratégias

- Discutir novas estratégias de mobilização e produção de informação através da criação de institutos e novas formas de comunicação e
- Discutir políticas públicas e sociais para implementação pelo poder público.

Relatório do Grupo 2

Participantes: Ubiracy Dias (Coordenadora dos trabalhos, UNEGRO/BA); Inaldete Pinheiro de Andrade (Centro Solano Trindade/PE); Regina Célia Santana Adami Santos (MNU/DF); Edna Roland (FALA PRETA/SP); Kia Chanté Lilly (MG); Maria das Graças Moura Santos (MG); Cláudia Márcia dos Santos (Casa Dandara/ MG); Gláucia de Fátima Matos (FALA PRETA/SP); Kellen Cristina Geremias Salvador (Grupo Laudelina Campos Melo/SP) Nicéia Quintino Amauro (Relatora, Grupo Laudelina Campos Melo/SP); Lucimar Alves Martins (CER NEGRO/DF); Silvana Aparecida Nascimento (MG); Vera Menezes (BA); Eudete Santana (BA); Fátima Oliveira (MPM/BH – Movimento Popular da Mulher/MG; UBM – União Brasileira de Mulheres; Conselho Diretor da RedeSaúde – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos); Giselda Fabiano/Janine (PB); Ana Maria Silva Soares (MG); Nelma Oliveira (RS) e Jurema Werneck (Relatora, CRIOLA/ RJ).

Os debates e os encaminhamentos

A primeira questão foi a definição da pauta. As participantes iniciaram a discussão acerca do conteúdo da pauta, diante da argumentação de que o tema da CONEN foi incluído pela Comissão Organizadora de Minas Gerais, e a reunião de Campinas não teria definido CONEN como ponto de pauta. Diante disto, a decisão tomada pelo grupo foi de retirar este ponto da pauta, resguardando o direito daquelas que quiserem se pronunciar sobre o tema, em sua fala, dentro do tópico Formas de Organização de Mulheres Negras.

As falas abordaram análises de conjuntura, formas de organização e bandeiras de luta. O grupo optou por relatar todas as propostas apresentadas, mesmo as não consensuais. As propostas são as seguintes:

- Considerando que a organização de mulheres negras no Brasil tem apontado caminhos de atuação, o grupo considera que estas formas indicam a necessidade de explicitação de um Eixo norteador e aglutinador das ações. Este eixo é **A AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE E A IGUALDADE DE DIREITOS**. A partir deste eixo, se desenhará as estratégias de atuação, bandeiras de luta e formas de organização de mulheres negras;
- Apontamos a necessidade também de considerarmos os marcos políticos que se

apresentam, como forma de articular a ação. Como marcos aponta-se, por exemplo, as eleições de 1998, o III Encontro Nacional de Mulheres Negras, dentre outros;

- Indicamos como estratégias de atuação a organização de grupos, seminários, simpósios etc. com temas específicos como saúde, violência, habitação popular etc., como instrumentalizadores do Movimento em nível nacional.

Bandeiras de luta apresentadas e aprovadas foram:

1. Pelo direito à saúde – integração às lutas pelo direito à saúde;
2. Integração à *Campanha SOS SUS* – em defesa do SUS – Sistema Único de Saúde, que vem sofrendo pesados ataques do projeto neoliberal em curso no país;
3. Apoio ao Programa Nacional de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde – PAF/MS, objetivando garantir a sua implementação global, contemplando as suas diretrizes diagnósticas, assistenciais, educativas, científicas e bioéticas – o que implica na não aceitação de mutilações do referido programa;
5. Promover a atualização e a multiplicação do debate sobre Saúde e Direitos Reprodutivos, segundo a perspectiva das mulheres negras brasileiras, visando a socialização de informações, a elaboração teórica e a organização das lutas em tal área;
6. Combate à violência doméstica, sexual e racial – incluindo o monitoramento da atuação das “Delegacias da Mulher”;
7. Integrar e desenvolver ações próprias na *Campanha Nacional contra a Violência Doméstica e pela Paternidade Responsável*;
8. Pelo direito ao trabalho – participação nas lutas contra os efeitos nocivos da globalização da economia;
9. Aprofundar a reflexão e a ação contra o neoliberalismo;
10. Maior empenho nas lutas pelo direito à Habitação – dando destaque à perspectiva e as necessidades de gênero agregadas ao recorte racial.

Sobre as Formas de Organização, o grupo aprovou:

- a necessidade de fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Mulheres Negras, como base da Organização Nacional de Mulheres Negras e
- a realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras antes do ano 2000 como uma demanda do Movimento de Mulheres Negras que deve ser atendida;

Quanto às formas de organização *em âmbito nacional* foram apontadas duas propostas não consensuais, quais sejam:

a). Que não necessitamos de uma organização nacional específica para mulheres negras, sendo necessário somente a organização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras, voltado para o conagraçamento e a elaboração de estratégias para o Terceiro Milênio. Uma Comissão Nacional Organizadora do III ENMN daria conta de responder às demandas organizativas atuais. Proposta esta defendida por uma integrante do Grupo.

b). Que alguma forma de organização nacional deve ser estabelecida, a partir dos Fóruns Estaduais, sendo que o grupo considerou secundária a definição de um nome para esta “articulação”, sendo apontados nomes como: articulação nacional, fórum nacional, coalizão de mulheres negras. Esta “articulação” deverá ter princípios claramente estabelecidos, poderes limitados, com um caráter de ser algo como um instrumento de comunicação entre os grupos/entidades e fóruns organizados, além do que uma articulação com tal caráter necessita de mecanismos de monitoramento de sua ação, com rodízio das representantes estaduais eleitas por cada Fórum. Esta proposta foi elaborada e defendida pela maioria do grupo.

ANEXO II

Moções aprovadas pela Reunião Nacional de Mulheres Negras

1. Sobre a luta das trabalhadoras domésticas

As Mulheres Negras presentes na Reunião Nacional de Mulheres Negras, nos dias 20 e 21 de setembro de 1997, realizada na cidade de Belo Horizonte, apoiam as lutas gerais das Trabalhadoras Domésticas de todo o Brasil

2. Repúdio ao ataque ao direito de ir e vir das prostitutas por parte da Arquidiocese de Campinas

Arquidiocese de Campinas
Dom Gilberto Pereira Lopes
Arcebispo de Campinas, SP

Nós Mulheres Negras presentes na Reunião Nacional de Mulheres Negras, nos dias 20 e 21 de setembro de 1997, realizada na cidade de Belo Horizonte, repudiamos a atitude do Cônego Valdomiro Caran que ao cercar a igreja Matriz de Campinas chamou a PM para proibir a presença de prostitutas e o acesso das mesmas aos telefones públicos do local.

Acreditamos que tais atitudes não estão imbuídas de espírito cristão, bem como não contribuem para a luta contra as mazelas sociais e as de discriminação de gênero.

3. Apoio à luta das mulheres do Vale do Ribeira contra as barragens e pela titulação das terras de remanescentes de Quilombos

Ao Sr. Fernando Henrique, Presidente da República e ao
Sr. Mário Covas, governador do Estado de São Paulo

Nós Mulheres Negras presentes na Reunião Nacional de Mulheres Negras, nos dias 20 e 21/09/97 em Belo Horizonte, apoiamos a luta das mulheres do Vale da Ribeira, São Paulo, contra a construção das barragens no Rio Ribeira do Iguape, pois elas destruirão as comunidades remanescentes de quilombos, as comunidades negras rurais, as comunidades caiçaras, a flora e a fauna da região.

Exigimos também a titulação das terras das 17 comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira e em todo o Brasil.

4. Moção de Solidariedade ao Professor Vicente Batista/SENAI/BH, demitido por discriminação racial, cujo processo está tramitando no TST.

Vicente conseguiu provar no TRT que foi uma demissão preconceituosa e ainda assim, não conseguiu sua reintegração. Estamos elaborando um dossiê para ser anexado ao processo que está sendo avaliado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para o qual anexamos esta moção de solidariedade.

5. Moção de Solidariedade ao Robson de Campinas

Por solicitação de Magali Mendes, aprovamos solidariedade ao Robson de Campinas em sua luta contra o racismo do qual foi vítima ao tentar alugar uma casa em Campinas. A imobiliária recusou, alegando que não alugaria a casa pelo fato dele ser mau pagador e não porque era negro. No entanto foi impossível provar que Robson era mau pagador. Justiça já!

6. Solidariedade no caso Luciano Soares Ribeiro/Canoas, Rio Grande do Sul

Luciano Soares Ribeiro era um jovem adolescente negro que sonhava com um futuro próspero e cheio de realizações, mas infelizmente teve seus sonhos interrompidos no dia 06 de junho de 1996, em Canoas, quando um simples passeio de bicicleta resultou em sua morte por atropelamento.

O que revolta seus familiares e amigos é a indiferença por parte do atropelador, Sr. Rogério Pansera, figura importante na cidade de Canoas, que omitiu socorro ao jovem, deixando-o no local do acidente. Até hoje nós, os familiares não sabemos ao certo quem o conduziu até o Hospital Nossa Senhora das Graças.

Sabemos que Luciano não foi socorrido pelo Sr. Rogério Pansera, porque ele suspeitou que se tratava de um negro ladrão que trafegava em uma bicicleta importada!

Além da omissão de socorro por parte do atropelador, Luciano deu entrada no hospital como um "negro ladrão de bicicleta", portanto não foi atendido pelo médico plantonista daquele final de tarde. O acidente aconteceu por volta das 17:30 e só às 21:00, quando a sua mãe, Sra. Cleni Soares Ribeiro, chegou ao hospital, conseguiu, após muita pressão sobre o médico, que Luciano realizasse uma tomografia cerebral para avaliar o grau da lesão sofrida por ele.

O pai e a mãe de Luciano, Ronaldo Ribeiro e Cleni Soares Ribeiro, percebendo que ele não apresentava melhora decidiram-se por removê-lo para o Hospital Mãe de Deus em Porto Alegre, onde ele faleceu, apesar de ter recebido um atendimento de qualidade.

Avaliamos que no caso Luciano houve explícita prática racista por parte do atropelador e do hospital de Canoas, que não o atendeu devidamente e nem com presteza por achar que o acidentado era um "negro ladrão"! A revista ISTOÉ publicou esta história sob o título de Brasil racista.

O atropelador, Sr. Rogério Pansera, após tomar conhecimento da publicidade dada ao caso pelo revista ISTOÉ, moveu uma ação por danos morais (!) contra o pai de Luciano. Quer dizer que o atropelador está preocupado com a repercussão negativa do fato em sua vida, com os problemas sociais e econômicos que a publicidade do caso acarrete em sua vida, embora a vida de Luciano tenha sido insignificante para ele.

Aconteceram duas audiências e a terceira está marcada para o dia 02 de outubro de 1997. O Movimento Negro do Rio Grande do Sul está acompanhado o caso atentamente e promoverá ato público diante do Fórum de Canoas no dia da terceira audiência, objetivando sensibilizar a opinião pública e a imprensa par dar maior visibilidade ao caso para que a prática de assassinar negro e índio em nosso país não se torne algo normal e natural.

Pedimos especial atenção no acompanhamento dos desdobramentos do caso Luciano e ajuda para divulgar, sensibilizar as pessoas e visibilizar esta história dolorosa de racismo explícito. Aconteceu com a minha família, mas qualquer família negra poderá ser vítima em situação semelhante se não tivermos força e coragem para lutar contra o racismo no cotidiano de nossas vidas.

Atenciosamente,

Sônia Ribeiro, tia de Luciano.

Telefones para contatos:

249-0512/ 233-3066 ramal 117

472-1040 (Ronaldo Ribeiro)

ANEXO III

1. Carta de retratação dirigida ao Fórum de Mulheres Negras de Belo Horizonte

"Cada um sabe a delícia de ser o que é"

Caetano Veloso

Prezadas militantes

No dia 20 de setembro deste ano, dirigi-me ao evento público da Reunião Nacional de Mulheres Negras, na Escola Sindical de Belo Horizonte, com o objetivo de interagir e aprender com mulheres negras que querem construir novos pilares para a relação homem e mulher, negro e branco, capital e trabalho, Estado e sociedade, fé e razão, experiência e sentido.

Por desatino, produzi uma confusão que racionalmente foi resultado de uma intervenção equivocada, precipitada, inoportuna e irracional. Como consequência, padeço de uma "ressaca moral". Efetivamente, não posso dizer que a culpa foi dele ou dela, pois enquanto ser-no-mundo assumo a responsabilidade do ocorrido. Admito que o posicionamento teve um caráter personalista. Eu poderia ter buscado uma posição mais colegiada. Houve falta de respeito a todas as pessoas, sobretudo àquelas que não conhecem e nem gostam do Candomblé.

Entretanto é no Tribunal da Justiça de Xangô e de todos os Orixás que eu coloco a minha causa. Desta forma busco alento e explicação na instância espiritual que mobilizou meu agir extemporâneo. Diante dessa instância eu me pergunto: por que fui responsável por todo aquele transtorno?

Aos pés dos Orixás, longe do impiedoso julgamento das pessoas (homens e mulheres) que se dizem donas do seu discurso e do seu agir, busco uma resposta para essa pergunta. Resposta que pode ser provisória, pois talvez o Tempo ainda não tenha sido suficiente para que as coisas ocupem o seu devido lugar. Nessa busca, afasto-me do meu juízo de valor e indignação frente a um rito de Candomblé realizado, por adeptas, fora do espaço-tempo consagrados ao mesmo. Concentro-me portanto no tumulto geral.

A resposta que encontro é a seguinte: tendo assumido o papel de algoz, único responsável pelo tumulto, alvo das críticas e do julgamentos de todas, tornei-me o pólo catalisador das tensões, conflitos, brigas e confusões previstas para a Reunião Nacional de Mulheres Negras. Não estou justificando nada. Apenas quero lembrar que durante a preparação daquela reunião, não faltaram "Cassandras" premonitórias de fracassos. Segundo as expectativas a Reunião não seria tranquila.

Nesse sentido assumo esta retratação enquanto vítima do destino. Por causa disso já recebi uma bofetada e estou sendo objeto de juízo de valor de muitas de vocês. Mas já recebi a solidariedade de uma filha de Yemanjá que disse lucidamente: "Ninguém é culpado, isso aconteceu!"

Finalmente, devo dizer que quando consagrei minha cabeça a Ogun e a Yemanjá - no Candomblé - não estava buscando conveniências e nem tampouco uma maneira de afirmar a minha identidade negra. Orixá para mim não é folclore, não é teatro, não é estética negra. Orixá é a origem que pulsa em mim, é força vital, é Axé, é uma maneira de Deus, Olorum, estar perto do povo negro. Enquanto consagrado, eu devo ser instrumento dessa mediação: Eu não sou totalmente dono do meu agir e do meu dizer. Por isso confio na Justiça de Xangô.

Por todos os transtornos que causei, voluntária ou involuntariamente, na Reunião Nacional de Mulheres Negras eu me retrato, peço desculpas. O que ocorreu comigo não desejo para ninguém!

Belo Horizonte, 24 de setembro de 1997

Erisvaldo P. dos Santos -- Mejeuá

2. Moção do Vereador Paulão

Moção No. 2130/97

Câmara Municipal de Belo Horizonte, deferida em 22/09/97

Sr. Presidente

Apresento à Vossa Senhoria, nos termos do artigo 132 do Regimento Interno a presente Moção de Congratulação como o Movimento Brasileiro de Mulheres Negras, na pessoa da Dra. Fátima Oliveira e da psicopedagoga Benilda Regina Paiva de Brito, coordenadora do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, pela realização da Reunião Nacional de Mulheres Negras em Belo Horizonte a qual compareceram mulheres de 11 Estados, ocasião em que discutiram problemas como o preconceito e a discriminação de raça, gênero e sexo e a pobreza que assola principalmente a população negra e particularmente as mulheres negras. Estas denúncias são no sentido de que a sociedade brasileira acorde para uma luta conjunta contra todas as formas de discriminação praticadas em nosso país.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 1997

Paulo Augusto dos Santos

Líder do PCdoB.

3. Relatório da Comissão Operativa Nacional e Comissão Organizadora da Reunião Nacional de Mulheres Negras

Belo Horizonte, 13 de julho de 1997

Início: 09:00/ Término: 13:00

Participantes:

1. Comissão Operativa Nacional:

. Benilda Regina Paiva de Brito/MG

. Edna Roland/SP

. Jurema Werneck/RJ

2. Comissão Organizadora Local :

. Benilda Regina Paiva de Brito;

. Fátima Oliveira;

. Osvaldina de Souza e Silva;

. Silvana Aparecida do Nascimento e

. Yone Maria Gonzaga.

* Convidada da Comissão Organizadora Local: Kia Chanté Lilly

1. Abertura -- consistiu de um relato histórico e tentativa de definir os principais problemas e dificuldades vivenciados pelas mulheres negras no decorrer do processo organizativo da década de 1970 até hoje.

Fátima Oliveira realizou uma “apresentação/tentativa” de pontuar os principais problemas ocorridos durante as discussões sobre a “Organização de Mulheres Negras”; os debates e as polêmicas vivenciados pelas mulheres negras de 1988 até 1994, numa tentativa de aprofundar a compreensão de por que a “questão organizativa” perpassa todos esses momentos, bem como a constatação de que em todas as cidades que

sediaram os nossos eventos nacionais, ao final deles os grupos e as mulheres que os organizaram se dispersaram ou tiveram dificuldades de prosseguir um trabalho conjunto.

A apresentação foi seguida de debates, com algumas concordâncias e discordâncias, mas ao final concluiu-se que a prática da solidariedade tem sido muito difícil entre nós, as mulheres negras. É exatamente por compreender isso que a Comissão Organizadora de Minas Gerais colocou como questão fundamental aprofundar tal debate nesta reunião e na Nacional, além do firme propósito e empenho de romper com essa lógica que, segundo a nossa avaliação, tem sido a grande marca do final dos eventos do movimento de mulheres negras, pois para nós a organização dessa Reunião Nacional de Mulheres Negras deve servir para fortalecer os laços de solidariedade entre nós enquanto pessoas e atrizes políticas.

2. Apresentação da proposta (dinâmica e finanças) da Reunião Nacional pela Comissão Operativa Nacional

Jurema Werneck e Edna Roland apresentaram a proposta elaborada pela Comissão Operativa Nacional e, em seguida, as outras participantes apresentaram questionamentos e propostas. Ao final ficaram acertados os seguintes pontos:

• **Objetivos**

Considerando-se os debates ocorridos em Campinas, SP, nos dias 19 e 20 de abril último, reafirmamos que os objetivos da Reunião Nacional de Mulheres Negras são:

- Discutir formas de organização das mulheres negras;
- Discutir as bandeiras de lutas identificando objetivos comuns;
- Discutir a formas de relacionamento do Movimento Brasileiro de Mulheres Negras com a Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas e proceder a eleição de mais três representantes.

• **Dinâmica**

Debateu-se que a conferência de abertura sobre a década de 1970 até hoje deverá apresentar um estudo pormenorizado sobre a organização das mulheres negras. Sugeriu-se incluir nos debates algumas temáticas do cotidiano das mulheres negras, que ainda são pouco discutidas entre nós, como aids e Terceira idade. Discutiu-se também a necessidade de realizar um evento na primeira noite da Reunião Nacional para a cidade de Belo Horizonte no Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais -- UFMG, como um momento de conagração, sobretudo com os movimentos negro e feminista, considerando-se os 70 anos da UFMG e o centenário da cidade de Belo Horizonte. Chegamos à conclusão de que tal evento deverá constar de uma exposição da produção teórica, cultural e artesanal das mulheres negras e das entidades das quais as mesmas participam.

- * Exposição de painéis com a história e as atividades desenvolvidas pelas entidades das quais as mulheres negras presentes ao evento participam;
- * Realização de palestras sobre saúde da população negra; políticas públicas, mulheres negras e terceira idade, seguidas de debates.

• **Participação**

Discutimos amplamente que não devemos nos prender às possibilidades de financiamento do evento, com a finalidade de democratizá-lo cada vez mais. Portanto,

nos comprometemos em divulgá-lo o máximo possível nos Estados e cidades objetivando ampliar o debate e a participação.

Concluimos que devemos aumentar o número de 80 (oitenta) para 100 (cem) participantes e que nenhum Estado poderá ter menos de 02 (duas) e nem mais que 11 (onze). A base do número de vagas é a proposta da Comissão Operativa Nacional (vide Informativo No. 01/97), ficando a adequação das 20 (vinte) vagas a mais na dependência das reivindicações dos Estados e do remanejamento de vagas que sobram dos Estados que não cobrirem as cotas propostas. A Comissão Organizadora será responsável pelos ajustes necessários. Acertou-se ainda que não existe a categoria "participante convidada".

Os trabalhos/contribuições devem ser acolhidos como opiniões pessoais, sem que isso caracterize opiniões de forças/facções políticas, mesmo quando o trabalho/contribuição seja assinado por um grupo de participantes.

Tal deliberação tem a finalidade de fazer com que as mulheres se apresentem como representantes de si mesmas e como atrizes políticas de seus atos, sem a rotulação e estigmas de que estão falando em nome de ou a mando de alguém/alguma "força oculta". Para contemplar o deliberado, adequamos a dinâmica da reunião de modo a permitir que cada opinião tenha o direito de ser apresentada em plenária durante, no máximo, 10 (dez) minutos. Logo, a plenária após a mesa de abertura e a conferência terá a duração compatível com o número de opiniões/contribuições apresentadas por escrito e inscritas junto à Comissão Operativa Nacional até o dia 18/08/97.

• **Discussão sobre a Rede de Mulheres Afrocaribenhas e Afrolatino-americanas**

Deverá ser elaborado um documento que resgate a história dos debates sobre a "Rede" no Brasil. Consideramos legítimas a eleição das três representantes realizada em Campinas, logo tal assunto não estará em debate. Procederemos a eleição das outras três representantes que faltam.

• **Conclusões/definições**

1. A Secretaria do evento será em Belo Horizonte, assim como o gerenciamento dos recursos financeiros;

2. Os Estados deverão realizar reuniões ou encontros para definir quais são as suas participantes na Reunião Nacional, conforme o número de vagas proposto, devendo encaminhar as Atas dos mesmos à Comissão Organizadora até 15/08/97;

3. Será cobrada uma taxa de inscrição no valor de R\$ 10, 00 (dez reais) no momento da confirmação da inscrição (em Belo Horizonte);

4. No Informativo No. 02 da Reunião Nacional de Mulheres Negras deverá ser divulgada a previsão orçamentária/custo do evento, bem como a previsão de gastos de cada participante com a hospedagem e a alimentação, a fim de que cada pessoa e/ou suas entidades saibam quanto precisarão desembolsar para garantir a presença na reunião;

5. Decidimos pela mudança da data do evento para 20 e 21 de setembro de 1997 para aumentar a divulgação e também porque a reunião entre as Comissões Operativa Nacional e a Comissão Organizadora Local só foi possível em 13 de julho de 1997.

Cronograma de Atividades

-- Envio de Documentos das opiniões/contribuições escritas: até 18 de agosto de 1997;

-- Pré-inscrições: até 15 de agosto de 1997;

-- 2a. Reunião das Comissões Operativa+Organizadora: dia 23 de agosto em Belo Horizonte;



-- Reunião Nacional de Mulheres Negras: 20 e 21 de setembro de 1997;

-- Elaboração do Relatório Final: dia 22 de agosto.

Cronograma da Reunião Nacional de Mulheres Negras

Dia 20 de setembro (sábado)

09:00-12:00 - Conferência de abertura sobre Movimentos Sociais (duas palestrantes/uma abordagem geral e outra específica sobre a organização das mulheres negras).

Debates

12:00-13:30 - almoço

13:30-17:30 - Apresentação dos textos opinativos/avaliativos inscritos sobre formas de organização das mulheres negras (podendo ser ampliado no máximo até às 19:00, dependendo do número de inscrições). Dez minutos para cada pessoa inscrita.

Noite - evento para a cidade

Dia 21 de setembro (domingo)

09:00-11:00 - Grupos de Interesses espontâneos (as pessoas poderão se agrupar conforme afinidades de idéias defendidas durante a apresentação de opiniões realizadas no dia anterior)

11:00-12:00 - Plenária final (início)

12:00-13:30 - almoço

13:30-16:00 - Plenária final (continuação/encerramento).

Belo Horizonte, 16 de julho de 1997

Relatório elaborado por Fátima Oliveira e Yone Maria Gonzaga.

Esta publicação foi patrocinada pelo
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH - Sindibel
Belo Horizonte, a capital do século 20 de outubro de 1997
Diagramação: Dinora Oliveira - Mtb. 8052/MG

-- Reunião Nacional de Mulheres Negras: 20 e 21 de setembro de 1997
 -- Elaboração de Relatório Final, dia 22 de agosto
 Cronograma de Reunião Nacional de Mulheres Negras
 Dia 20 de setembro (sábado) - Horário de verão
 09:00-12:00 - Contato de abertura sobre Movimentos Sociais (duas
 palestras/uma abordagem geral e outra específica sobre a organização das mulhe-
 res negras).

Debate sobre a situação da mulher negra
 12:00-13:30 - Apresentação de textos opinativos e vivências sobre a situação das mulheres negras (podendo ser ampliado no máximo até 19:00, dependendo do número de inscrições). Dez minutos para cada pessoa inscrita.
 13:30-17:30 - Apresentação dos textos opinativos e vivências sobre a situação das mulheres negras (podendo ser ampliado no máximo até 19:00, dependendo do número de inscrições). Dez minutos para cada pessoa inscrita.
 19:00 - Encerramento da reunião.
Comissão Organizadora
 1. Juzeira Wernick - Rio de Janeiro
 2. Ângela Maria Silva Soares - Belo Horizonte
 3. Aparecida dos Anjos - Belo Horizonte
 4. Solange Regina Pinto - Belo Horizonte
 5. Cláudia Márcia - Belo Horizonte
 6. Eliana Oliveira - Belo Horizonte
 7. Januária - Belo Horizonte
 8. Patrícia Maria - Belo Horizonte
Comissão de Apoio
 1. Ana Maria Silva Soares - Belo Horizonte
 2. Aparecida dos Anjos - Belo Horizonte
 3. Cláudia Márcia - Belo Horizonte
 4. Jacqueline - Belo Horizonte
 5. Aparecida dos Anjos - Belo Horizonte
 6. Maria da Penha Silva - Belo Horizonte
 7. Patrícia Maria - Belo Horizonte
 8. Rosilene Aparecida - Belo Horizonte

Agradecimentos
 A jornalista Jaqueline Luz
 A presidente do Conselho Estadual de
 Condição Feminina, Maria
 Aparecida dos Anjos
 A Prefeitura de Belo Horizonte
 A SMACON - Diretora
 Solange Regina Pinto - de Assessoria
 A participação da SMACON
 e ao videasta Rogério Fidalgo

Esta publicação foi patrocinada pelo
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de BH - Sindibel
 Belo Horizonte, a capital do Século, 10 de outubro de 1997
 Diagramação: Dinorá Oliveira - Mtb.6052/MG